

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Modelo tem autonomia de voo em escala continental

Latam paga US\$ 2,1 bilhões por 24 aeronaves da Embraer

O grupo Latam anunciou a compra de 24 aeronaves da Embraer por US\$ 2,1 bilhões. O acordo prevê ainda mais 50 unidades (opções de compra). As primeiras aeronaves devem ser entregues no segundo semestre de 2026. O modelo E195-E2 vai reforçar as operações regionais da companhia aérea. O modelo tem autonomia de voo em escala continental, ligando cidades

como São Paulo e Lima, por exemplo.

"A decisão do grupo Latam é baseada na excelente eficiência do Embraer E195-E2 e sua versatilidade, que nos permitirão seguir em nossa trajetória de crescimento com rentabilidade, ampliando essa conectividade por meio da abertura de novos destinos", afirmou Roberto Alvo, CEO do Latam Airlines Group.

Nas redes

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que a compra das aeronaves consolida a Embraer "como uma das maiores fabricantes de aeronaves do mundo e fortalece nossa indústria e nosso setor aéreo. Mais emprego, renda e desenvolvimento para o Brasil".

Empregos

O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, destacou que os investimentos irão gerar mais de 2 mil empregos diretos, "além da ampliação de nossa conectividade no país e na América do Sul, fortalecendo sobretudo a aviação regional do Brasil".



Prprietários pessoa jurídica e física devem pagar o ITR

Atenção ao prazo para entrega de declaração rural

Os proprietários de imóveis rurais têm até o próximo dia 30 para fazer a entrega da Declaração do Imposto Territorial Rural (ITR). Especialistas avaliam que os donos de imóveis rurais devem ficar atentos às mudanças na legislação em comparação ao ano passado, sob risco de multas e problemas com o fisco. Segundo dados do

IBGE, o Brasil possui mais de 5,1 milhões de imóveis rurais, movimentando uma fatia expressiva da economia nacional, e a correta declaração do ITR é essencial para garantir segurança jurídica e fiscal. Renato Vieira de Avila, advogado e especialista em direito tributário, explica que a declaração do ITR é obrigatória.

Imposto

O ITR é um imposto que incide sobre a propriedade rural, calculado com base no valor da terra e nas características produtivas do imóvel. A correta declaração não apenas evita penalidades, como também é essencial para quem deseja vender ou regularizar imóveis rurais.

Leilão

O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho disse que o leilão disse que o terminal de contêineres do Porto de Santos (Tecon 10) deve acontecer entre os dias 15 e 18 de dezembro deste ano. A informação foi divulgada pelo ministro durante o Macro Day.

Aquecido

"É preciso ter em mente que o mercado de imóveis rurais no Brasil continua aquecido e as mudanças na legislação exigem atenção redobrada dos proprietários. É imperativo para evitar problemas com o fisco e garantir segurança jurídica nas transações", pontua.

Alumínio

As vendas de produtos de alumínio totalizaram 1.040,9 mil toneladas no primeiro semestre de 2025, uma alta de 2,9% sobre o registrado em igual período de 2024. As vendas internas foram de 947,9 mil toneladas (alta de 4,6%) e as exportações, 93 mil toneladas.

Isenção do IR pode ser sancionada em outubro

Cerca de 20 milhões de pessoas devem ficar livres do imposto

Valter Campanato/Agência Brasil

Por Martha Imenes

A isenção do Imposto de Renda para o trabalhador assalariado que ganha até R\$ 5 mil por mês deve ser sancionada até o mês que vem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A medida deve isentar pelo menos 20 milhões de pessoas de pagar o tributo, segundo estimativas do Sindicato dos Auditores-Fiscas da Receita Federal (Sindifisco Nacional).

De acordo com o ministro da Fazenda Fernando Haddad, o objetivo do governo é diminuir o imposto sobre o consumo ao cobrar mais Imposto de Renda dos ricos.

Ele destacou que, atualmente, o país ainda tem mais de R\$ 600 bilhões em renúncias fiscais. "Na minha opinião, esse é o maior escândalo. Nós conseguimos reverter R\$ 100 bilhões e foi essa crítica toda ao governo, uma renúncia que já estava batendo em R\$ 700 ou R\$ 800 bilhões".

Congresso

O ministro ressalta que "o tema da desigualdade, raramente foi tocado. Estamos entre os piores dez países em termos de distribuição de renda".

"O Congresso Nacional tem, agora, uma oportunidade muito importante, de colocar o Brasil na rota da justiça social e do combate à desigualdade. Não podemos



Haddad destacou que o país ainda tem mais de R\$ 600 bilhões em renúncias fiscais

continuar sendo um dos dez piores países em termos de distribuição de renda. É muito difícil pensar em desenvolvimento com esse nível de desigualdade", disse à Agência Brasil.

Sem compensação

O avanço no Congresso Nacional do projeto de lei que isenta do IR quem ganha até R\$ 5.000 mensais, sem a devida compensação pela taxa dos mais ricos, é visto como uma manobra política para forçar o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a cortar gastos ou a arcar com o ônus de um veto impopular. A análise é do presidente do Sindifisco Nacional, Dão Real.

Progressividade acaba entre 15 e 20 salários

O estudo do Sindifisco Nacional mostra a distorção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) no Brasil mostra que assalariados com rendimentos mensais a partir de R\$ 6 mil arcam com uma carga proporcionalmente maior que milionários.

De acordo com o estudo, atualmente a progressividade do imposto se encerra na faixa entre 15 e 20 salários mínimos mensais. A partir desse patamar, o sistema torna-se regressivo, e os mais ricos passam a ser menos onerados.

A maior alíquota efetiva média registrada foi de 11,41%,

incidente justamente sobre essa faixa intermediária de renda.

Para os contribuintes com rendimentos superiores a 240 salários mínimos, a alíquota efetiva caiu para 5,18%, nível inferior ao de trabalhadores que recebem entre cinco e sete salários mínimos (6,63%).

O estudo mostra que a principal causa da regressividade do imposto é a isenção sobre lucros e dividendos, em vigor desde 1996. Em 2023, esse tipo de rendimento somou R\$ 700 bilhões, representando cerca de 35% da renda isenta declarada à Receita, mostra o levantamento.

Liberado 5º lote de restituição do IR

Está disponível para consulta o quinto lote de restituição do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) 2025. Esse lote contempla restituições transmitidas fora do prazo e com pendências solucionadas pelos contribuintes, além de restituições residuais de exercícios anteriores.

Ao todo, 387.277 contribuintes vão receber R\$ 1.035.303.774.

Os pagamentos foram distribuídos da seguinte forma:

- 234.920 contribuintes que usaram declaração pré-preenchida e/ou optado por receber a restituição via PIX;

- 66.637 contribuintes entre 60 e 79 anos;

- 46.222 restituições destinadas a contribuintes não prioritários;

- 16.926 restituições para contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério;

- 15.604 contribuintes idosos acima de 80 anos; e

- 6.968 restituições para contribuintes com alguma deficiência física, mental ou moléstia grave.

Como consultar

A consulta poderá ser feita na página da Receita Federal na internet. Basta o contribuinte clicar em Meu Imposto de Renda e, em seguida, no botão Consultar a Restituição. Também é possível fazer a consulta no aplicativo da Receita Federal

para tablets e smartphones.

O pagamento ser feito ao longo do dia 30 de setembro, na conta ou na chave Pix do tipo CPF informada no IR.

Caso o contribuinte não esteja na lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e tirar o extrato da declaração. Se verificar uma pendência, pode enviar uma declaração retificadora e esperar os próximos lotes da malha fina.

Gigante dos pães? Cade aprova a venda da Wickbold pela Bimbo

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou a aquisição pela Bimbo do Brasil Ltda do negócio de produção e comercialização de produtos alimentícios de panificação de seis empresas Grupo Wickbold, entre elas a Wickbold & Nosso Pão Indústrias Alimentícias Ltda.

De acordo com a conselheira-relatora do Cade, Camila Pires-Alves, a operação foi analisada de forma criteriosa, considerando todos os aspectos relevantes e o impacto sobre o consumidor, uma vez que decisão impacta diretamente a vida dos brasileiros.

"O pão industrializado é um produto que está todos os dias na mesa dos brasileiros, não é apenas um bem de conveniência, é um componente central da dieta e do orçamento das famílias, razão pela qual a defesa da rivalidade assume aqui contornos ainda mais sensíveis", destacou.

Bimbo e Wickbold atuam no segmento de panificação industrial. A Bimbo oferece pães,



Companhias trabalham com pães industrializados

bolos, bisnagas e salgadinhos sob marcas como Pullman, Plusvita, Artesano, Ana Maria, Nutrella, Rap10 Bisnagueto, Crocantíssimo e Takis. Já a Wickbold comercializa pães prontos para consumo, bolos, biscoitos e panetones pelas marcas Wickbold, Seven Boys, Do Forno e Tã Pronto!. Ambas atendem o canal varejista

e atacadista e no food service, no fornecimento de produtos a restaurantes, lanchonetes, redes de fast food, hotéis e hospitais.

A análise da operação identificou sobreposições no segmento de pães industrializados e em suas segmentações, aprofundando o exame da rivalidade entre as diferentes categorias desse mercado. A avaliação

considerou tanto a dimensão nacional quanto cenários regionais, levando em conta as particularidades dos fatores competitivos de cada categoria e as dinâmicas concorrenciais específicas de cada localidade do país.

A decisão reforça a preocupação da autoridade com o impacto da operação nos mercados e nos consumidores. A apuração destacou que, em mercados de produtos diferenciados, como o de pães industrializados, a competição não depende apenas do número de empresas atuantes, mas de fatores como força das marcas, fidelidade dos consumidores, capilaridade logística e acesso privilegiado a pontos de venda.

A análise combinou métricas quantitativas e qualitativas, testes de proximidade competitiva e market tests, sempre com o objetivo de compreender se as marcas envolvidas competem diretamente entre si e se a fusão poderia reduzir a pressão competitiva que hoje disciplina preços e condições de mercado.